	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 24/11/20
	Redatora: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual da AEP II	Hora Início/Fim: 15:00 às 16:20

Integrantes:
Juiz de Direito Anderson de Souza Bastos;
Alexandro Santos, da Seplan representando Pedro Lúcio Vivas, Secretário de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
Yasmim Nascimento Reis, da DPG, representando Thais Fonseca Felippi Pimentel - Diretora de Primeiro Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
Marcela Valverde Gonzaga – Assessora da AEP II;
Anderson Azevedo Amorim - Servidor da Tecnologia da Informação e Modernização;
Lúis Bahiense, Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização;
Lúcio Ribeiro Gomes - Servidor da Tecnologia da Informação e Modernização;
Liz, servidora da SEJUD, representando Bianca Serra Araújo Henkes, Secretária Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
Tatiane Franklin Ferraz Queiroz, Representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia,
Thales Almeida, da DPE/BA;
Wagner Porto, servidor da SETIM;
Felipe Coelho, Técnico da PGE/BA;
Fabício Patury, Representante do MPBA;
Rui Sanches, Representante do MPBA;
Daniel Cersosimo, Representante do COGI/MPBA;
Tamiride Monteiro Leite, Representante da Ordem dos Advogados do Estado da Bahia;

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 24 dias do mês de novembro, do corrente ano, às 15:00 horas, compareceram à sala de reuniões virtual da AEP II, deste Tribunal de Justiça da Bahia, os membros do Comitê Gestor do PJE, conforme registro fotográfico anexo, para discussão da pauta abaixo delineada.


Iniciada a reunião, Marcela, assessora da AEP II, cumprimentou a todos e informou que, por força de reunião extraordinária, o Juiz Assessor Especial da Presidência, Dr. Fábio Alexsandro Costa Bastos, encontrava-se impossibilitado de participar da reunião, razão pela qual solicitou que Dr. Anderson a presidisse. A pedido, justificou a ausência de Dr. José Carlos Coelho Wasconcellos, Procurador do Estado, em virtude de férias. Em sequência, Dr. Anderson passou a deliberar sobre os itens a seguir:

1. Apresentação pela SETIM das novas ferramentas da versão 2.1 do PJe:

Com a palavra, Lúcio Ribeiro, da Setim, iniciou a apresentação do “Projeto PJe versão 2.1”, que tem como principal objetivo implantar o sistema em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Informou que a versão do PJe, utilizada atualmente, é a 2.0, lançada pelo CNJ em outubro de 2017 e possui como principal característica o fato de que toda infraestrutura do sistema é localizada no tribunal. Acrescentou que, por conta disso, o tribunal pode alterar ou evoluir a versão como desejar e que, à época, a escolha foi no sentido de evoluir o sistema.

Destacou que a nova versão 2.1 do PJe, lançada pelo CNJ, possui como principal característica a agilidade colaborativa e que novas melhorias não podem ser implementadas na estrutura do tribunal, mas apenas pelo próprio CNJ, com o objetivo de facilitar o compartilhamento.

Frisou que a estratégia adotada para atualização da versão utilizada consiste em: reimplementar no PJe 2.1 as funcionalidades do 2.0 e submeter ao CNJ todas as funcionalidades desenvolvidas localmente no PJe 2.0 do TJBA; atualizar a versão 2.0 do TJBA para a versão 2.1 e; consumir os microsserviços

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 24/11/20
	Redatora: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual da AEP II	Hora Início/Fim: 15:00 às 16:20

disponíveis na nuvem do CNJ.

Dando prosseguimento, explanou sobre as funcionalidades exclusivas da versão 2.0 – cartório integrado, senha de acesso aos autos, expedição automática, chat da sessão de julgamento, certidão automática de publicação, migradores SAJ e SAIPRO, gerenciador de documentos e consulta avançada.

Complementou com as funcionalidades que estarão disponíveis na versão 2.1 – níveis de segredo e sigilo, módulo do e-carta, módulo de assinatura pelo aplicativo de celular (dispensando o uso do token) e módulo de aplicação pelo aplicativo de “Telegram”. Além disso, demonstrou outras funcionalidades que estarão disponíveis em versões futuras e apresentou o cronograma de implantação do sistema, qual seja:

- Disponibilização da versão para testes: 10/12/20.
- Disponibilização da versão para homologação: 19/01 a 25/01/2021.
- Liberação da versão 2.1 em produção: 30/01/2021.

Franqueada a palavra à Dra. Tatiane, Defensora Pública, esta salientou que as travas de segredo estão atrapalhando o assistido do processo e reforçou que estes estão sendo citados, não havendo a disponibilização de senha de acesso ou número de identificação correto, impossibilitando que o defensor tenha acesso aos autos, pois este se encontra em segredo de justiça. Por isso, reforçou a necessidade de resolução desse problema, mesmo com a implantação do novo sistema.

Dr. Anderson frisou que com a implantação da nova versão do PJe, haverá significativa melhoria nos níveis de sigilo, permitindo que a situação relatada possa ser resolvida.

Dra. Tatiane noticiou a existência de divergência de perfil, de modo que alguns perfis conseguem ter acesso e outros não, informando sobre a abertura de chamado em que foi informado o número do processo.

Lúcio informou que a solução de contorno encontrada foi colocar-se a Defensoria como visualizadora do processo e frisou que o chamado será analisado para se buscar a solução possível.


Em sequência, Dra. Tamírde, representante da OAB, salientou que os advogados compartilham do mesmo problema relatado por Dra. Tatiane e frisa a necessidade de resolução da questão.

Por fim, Dr. Anderson solicitou à Dra. Tatiane a formalização da demanda relatada por e-mail ao grupo, informando o número do chamado aberto para que a Setim proceda com a análise.

Com a palavra, os membros do Ministério Público realizaram algumas considerações:

Dr. Fabrício Patury realizou questionamentos relacionados à migração dos processos físicos, do Sistema SAJ ao Sistema Eletrônico PJe.

Com a palavra, o Secretário de Tecnologia, Luís Bahiense, informou que são dois projetos distintos: a

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 24/11/20
	Redatora: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual da AEP II	Hora Início/Fim: 15:00 às 16:20

atualização do Sistema PJe para a versão 2.1, de gerência da SETIM e o projeto de digitalização dos processos físicos e migração do Sistema SAJ para o PJe, de responsabilidade da SEJUD.

Acrescentou que o projeto de atualização do PJe para a versão 2.1 se iniciará no mês de janeiro. E que as fases da migração do SAJ para o PJe, de responsabilidade da SEJUD, ocorrerão sempre antecedidas de publicação de Decreto Judiciário informando a unidade que será migrada e o período de digitalização do acervo. Noticiou que, por ora, o TJ permanecerá com os dois sistemas em paralelo, com projeção de eliminação do sistema SAJ em 2021.

André Pinho, representante do MPBA, complementou os questionamentos realizados por Dr. Fabrício, interrogando se o sistema MNI, ferramenta do PJe, sofrerá atualização na próxima versão e, em caso positivo, qual será a estratégia adotada.

Daniel Cersosismo, do COGI/MP, solicitou que quando a plataforma de testes for disponibilizada, sejam incluídos alguns processos com manifestação para o Ministério Público.

No que tange à atualização do MNI, Lúcio informou que o objetivo é atualizar o PJe para versão 2.1, passando a seguir a versão nacional, recomendada pelo CNJ, reforçando que as definições e versões do MNI estão disponíveis no site do CNJ. Adicionou que não serão mantidas duas versões em paralelo, a partir do marco temporal delimitado, por isso, dada a pequena diferença entre as versões do MNI, haverá a disponibilização da versão com antecedência para teste.

Por fim, Dr. Fabrício sugeriu que quando houver a atualização do Sistema PJe para a versão 2.1, haja a suspensão dos prazos, no dia, para evitar quaisquer problemas.


Dr. Anderson reforçou o pedido feito ao Secretário Luís Bahiense, para que as instituições testem o sistema, tão logo seja disponibilizado o ambiente de teste.

2. Demanda da SETIM. Comunicação da desabilitação do documento de entrada que estava possibilitando o cadastro de forma incorreta:

Com a palavra, o Secretário Luís Bahiense informou que o presente item trata do cadastro de recursos internos. Noticiou que no início do ano o CNJ determinou que fosse bloqueada a forma como estava sendo feito o cadastro de recurso interno. O TJBA desativou o recurso interno e cadastrou três tipos de documentos referentes à classe de recurso interno, quais sejam: agravo interno, embargo de declaração e agravo regimental.

Posteriormente, informou que o CNJ decidiu liberar a funcionalidade antes utilizada, e o TJBA inativou os 3 tipos de documentos criados, porém alguns advogados ainda estão cadastrando de forma incorreta. Informou que os gabinetes estão solicitando que os advogados cadastrem o recurso interno de forma correta, ou seja, de maneira apartada ao processo.

3. Demanda da SETIM. Divulgação do manual, em anexo, junto ao Comitê Gestor do PJe:

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comitê Gestor do PJE		Data: 24/11/20
	Redatora: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual da AEP II	Hora Início/Fim: 15:00 às 16:20

O Secretário Luís Bahiense informou que, em razão da liberação da utilização da funcionalidade de cadastro de recurso interno, foi disponibilizado o manual que instrui como proceder o cadastro de forma correta para que seja encaminhado por e-mail aos membros do grupo e seja compartilhado.

Daniel solicitou que tal informação seja compartilhada nos gabinetes dos Desembargadores para evitar qualquer tipo de equívoco. Em resposta, Liz, da SEJUD, asseverou que o manual será disponibilizado nos gabinetes.

4. O que ocorrer.

Dra. Tamíride mencionou a preocupação com a questão do prazo de virada de chave do sistema, pois como este ocorrerá no período de recesso, há uma dificuldade de capacitação dos usuários externos. Pontuou, ainda, sobre a dificuldade das pessoas que estão no exterior de acesso ao PJe.

Em resposta, o Secretário de Tecnologia destacou que a versão do PJe 2.1 tem o objetivo de atualizar a plataforma multisserviços e que, no caso da OAB, a equipe técnica do tribunal estará trabalhando para fazer os devidos ajustes. Pontuou a necessidade das instituições em capacitar e se adaptar às mudanças.

Com a palavra, Felipe Coelho, da equipe técnica da Procuradoria Geral do Estado, reforçou a preocupação quanto às funcionalidades e melhorias do MNI.

Em resposta, Lúcio informou que na atualização houve um grande foco nas funcionalidades, e pelo fato de o tribunal ser pioneiro no PJe versão 2.0, algumas inconsistências foram geradas e sanadas. Informou que a versão 2.1 está mais adequada e caso seja necessário replicar as melhorias, assim será feito na nova versão. Adicionou que o novo sistema será bastante modificado internamente, mas a aparência é semelhante à atual, inclusive em relação à forma de autenticação.

Por fim, foi solicitado que cada instituição membro indique um representante técnico para interagir com o tribunal nessa fase de implementação do sistema na versão 2.1, encaminhando ao e-mail do presente comitê as seguintes informações: nome, e-mail e telefone para contato.

Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes.

Assim sendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.

Disponibilizo o link da reunião: <https://manage.lifesize.com/singleRecording/6c3abebe-3000-4983-928e-19289a485986>